



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 016

**PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR E CAPITALISMO:
UM DEBATE ABERTO**

Indio Campos

Belém, Março de 1994

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Marcos Ximenes Ponte

Vice-reitor

Zélia Amador de Deus

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Francisco de Assis Costa

Diretor Adjunto

Tereza Ximenes Ponte

Conselho editorial do NAEA

Edna Ramos de Castro

Francisco de Assis Costa

Indio Campos

Marília Emmi

Setor de Editoração

E-mail: editora_anae@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_anae@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 016

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR E CAPITALISMO: UM DEBATE EM ABERTO

Indio Campos

Resumo:

Constata-se facilmente que a produção agrícola familiar constitui, ainda hoje, uma realidade expressiva nos países capitalistas, mesmo entre os mais avançados. Os camponeses detêm a terra e outros meios de produção, são responsáveis por parcela razoável da produção agropecuária, fazem greves, fecham estradas e gestam movimentos políticos de grande expressão, para não falar nas sérias dores de cabeça que freqüentemente causam aos muitos que se arvoram em estudá-los. Mesmo uma rápida resenha sobre alguns estudos já empreendidos sobre os pequenos produtores revela uma multitude de abordagens e paradigmas teóricos. De produtores anacrônicos e assalariados disfarçados, é vasto o espectro de conceitos a que estão submetidos. No debate sobre capitalismo, agricultura e campesinato, identificamos quatro enfoques básicos, sistematizados da seguinte forma: a) a transitoriedade da produção camponesa e o predomínio crescente das relações capitalistas no campo; b) o campesinato enquanto modo de produção; c) o campesinato como fruto da redefinição das relações entre a agricultura; e a indústria (esta corrente encontra-se subdividida em duas vertentes: 1) o campesinato como forma específica de relação capital/ trabalho e 2) (o campesinato derivado dos obstáculos à produção capitalista); d) o campesinato como um componente histórico, ativo, nas transformações da agricultura. O objetivo deste trabalho é investigar detalhadamente estas abordagens, atendo-se a seus autores mais representativos.

Palavras-chave: Produção familiar. Capitalismo. Campesinato.

Introdução

Constata-se facilmente que a produção agrícola familiar constitui, ainda hoje, uma realidade expressiva nos países capitalistas, mesmo entre os mais avançados. Os camponeses detêm a terra e outros meios de produção, são responsáveis por parcela razoável da produção agropecuária, fazem greves, fecham estradas e gestam movimentos políticos de grande expressão. Para não falar nas sérias dores de cabeça que freqüentemente causam aos muitos que se arvoram a estudá-los.

Mesmo uma rápida resenha sobre alguns estudos já empreendidos sobre os pequenos produtores revela uma multitude de abordagens e paradigmas teóricos. De produtores anacrônicos a assalariados disfarçados, é vasto o espectro de conceitos a que estão submetidos.

No debate sobre Capitalismo, Agricultura e Campesinato, identificamos quatro enfoques básicos, sistematizados da seguinte forma:

- 1 A transitoriedade da produção camponesa e o predomínio crescente das relações capitalistas no campo.
- 2 O campesinato enquanto modo de produção.
- 3 O campesinato como fruto da redefinição das relações entre a agricultura e a indústria; esta corrente encontra-se subdividida em duas vertentes:
 - 3.1 O campesinato como forma específica de relação capital/trabalho.
 - 3.2. O campesinato derivado dos obstáculos à produção capitalista.
- 4 O campesinato como um componente histórico, ativo, nas transformações da agricultura.

O objetivo deste trabalho é investigar detalhadamente estas abordagens, atendo-se a seus autores mais representativos.

1. Os Quatro Enfoques Básicos

1.1 A Transitoriedade da Pequena Produção Camponesa: A Análise dos Clássicos

Quando Marx analise a agricultura, supõe:

"... que o modo capitalista de produção domina ... a agricultura, isto é, que esta é explorada por capitalistas que de saída só se distinguem de outros capitalistas pelo setor em que aplicam o capital ..."
(Marx, 1979, Livro III, p. 705).

Estudará

... uma forma específica de propriedade fundiária, em que se transformou por influência do capital e do modo capitalista de produção a propriedade fundiária feudal ou a pequena economia camponesa de subsistência" (Marx, 1979, livro III, p, 705/706).

Conforme a análise de Marx, por ser essencial ao processo produtivo e com a característica de não ser reprodutível, a terra determina uma manifestação distinta da lei do valor na agricultura. O valor dos produtos agrícolas não é determinado pelas condições médias de produção, mas sim pelas piores condições de produção socialmente demandadas. Agrega-se que mesmo a terra em piores condições só é cultivada quando proporciona uma determinada renda a seu proprietário. As terras melhores auferem, portanto, uma renda diferencial e uma absoluta, sendo que à pior terra demanda corresponde apenas uma renda absoluta¹.

Assim, na agricultura temos os capitalistas que empregam os meios de produção e se apropriam de mais-valia na forma de lucro. Para tal, arrendam a terra junto ao proprietário que, em troca, recebe a renda da terra - parcela da mais-valia após subtraído o lucro do capitalista. Aos trabalhadores agrícolas restam os salários que recebem pela venda da força de trabalho. Tem-se então a clássica fórmula trinitária: capitalistas, proprietários fundiários e trabalhadores assalariados. A pequena produção camponesa é vista apenas como transição e sua ocorrência se dá, mormente, onde o capitalismo se acha pouco desenvolvido².

Seguindo o raciocínio de Marx, o fato do valor da produção camponesa estar acima do preço de produção é compensado pela também baixa composição orgânica social do capital nas economias pouco desenvolvidas. Esta diferença é pequena, permitindo uma certa folga à produção camponesa, já que tanto o lucro médio quanto à renda fundiária não constituem obstáculos a esta forma de produção, que só encontra limites absolutos na remuneração do trabalho camponês, após deduzidos os custos (Idem, p 992 e s).

Com o desenvolvimento da economia e a elevação da composição orgânica social alarga-se o hiato entre o valor da produção camponesa e o preço de produção regulador do mercado. A manutenção de um mínimo vital para a sobrevivência camponesa torna-se cada vez mais difícil. Desta forma, as causas da ruína camponesas estão ligadas ao próprio desenvolvimento do capitalismo urbano e rural.

O objetivo de Marx é chegar ao âmago da produção capitalista na agricultura, às suas leis internas. Para tal, toma por base a agricultura inglesa do século passado, a economia capitalista mais desenvolvida de então³. São muito pertinentes as observações de Tepicht (Tepicht 1973: 14s), quando afirma que Marx não trata da pequena produção na forma que ela existe atualmente e não apontava este caminho como

¹ Idem, livro III, parte sexta "A conversão do lucro suplementar em renda fundiária".

² "Essa forma de propriedade fundiária (parcelária)... supõe que a população rural seja muito maior que a urbana, portanto que o modo de produção capitalista, embora reine no resto da economia, é relativamente pouco desenvolvido, e que nos demais ramos da produção é bastante limitada a concentração de capitais, que predominantemente se encontram dispersos". Idem, p. 922.

³ Sobre este ponto, ver: Shanin, "A Definição de Camponês"...1980.

tendência para o desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Portanto, é um erro metodológico se reportar às considerações de Marx no livro III para analisar a produção camponesa atual.

Kautsky (Kautsky 1980) segue de perto os passos de Marx, devidamente transportados para o quadro germânico na virada para o século XX. Esmiúça a questão agrária, os problemas que se colocam para a expansão do capitalismo no campo e as diferentes formas que este processo assume.

Para Kautsky a separação agricultura-indústria determinou o surgimento de relações de dependência da primeira frente à última e seus produtos. As diversas formas de transferência de valor para a indústria, bem como a concorrência por força de trabalho, colocam dificuldades para a acumulação capitalista no campo.

Em Kautsky, a manutenção da produção camponesa é vista num processo simbiótico com a grande exploração capitalista. A falta de "braços" determina que a grande exploração mantenha ao seu redor uma legião de pequenos produtores como reserva de força de trabalho. Em períodos de crise para a grande exploração, esta libera trabalhadores. Em fases de auge, estes são reabsorvidos. A sobrevivência destes pequenos produtores está condicionada às possibilidades de auferirem ganhos acessórios nas grandes empresas agrícolas ou em indústrias próximas.

O desenvolvimento das forças produtivas e a maior aproximação da agricultura com a indústria tenderão, por fim, a afirmar a superioridade da grande exploração. Segundo o autor, trata-se de um processo lento e marcado pela descontinuidade, mas que caminha no sentido da supressão do divórcio agricultura-indústria: no trabalho industrial assalariado do pequeno camponês e na indústria do grande lavrador (Kautsky 1980: 323).

São inúmeras as contribuições de Kautsky. No entanto, é com base em Lênin que surge uma dos principais paradigmas de análise de dinâmicas camponesas. Segundo este autor, a universalização do modo de produção capitalista e de suas relações mercantis determina a diferenciação do campesinato e sua desintegração⁴. Ou seja, o campesinato se desdobra progressivamente em burguesia e proletariado rurais, caminhando o campesinato médio para um destes extremos⁵.

Lênin avança quando coloca as formas diferenciadas de desenvolvimento capitalista no campo. Tem-se, de um lado, a diferenciação camponesa - via farmer ou americana - e, de outro lado, a modernização dos antigos domínios feudais - via Junker ou Prussiana (Lênin 1980: 29 a 33). Em sua análise da agricultura americana, Lênin (Lênin 1980^b) aponta para o mesmo processo de diferenciação, para o predomínio das unidades mais capitalizadas e produtivas, mas ressalta que a expropriação dos pequenos produtores pode assumir a forma de um longo processo de ruína, onde o capital subordina a pequena produção sem necessariamente eliminá-la (idem, p. 91). Para Lênin, a

⁴ Lênin, O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia, 1983.

transformação dos pequenos produtores em produtores de mercadorias coloca-os sob o jugo do capital, sobretudo nas esferas do comércio, da indústria e do capital financeiro (idem, p. 91).

Marx, Lênin e Kautsky são unânimes em considerar o avanço da grande exploração capitalista sob relações de assalariamento como a tendência do desenvolvimento do capitalismo no campo.

No debate da 2^o. Internacional, a descampesinização era uma indiscutível questão de tempo comandada pelo dinâmico e revolucionário capitalismo. No entanto, a história tem mostrado a flexibilidade da pequena produção camponesa e sua expressividade no modo de produção capitalista. Inegavelmente a diferenciação camponesa representou um importante papel, bem como a industrialização da agricultura é um fenômeno crescente. Não obstante, a agricultura não caminha unicamente para as clássicas relações de assalariamento. Na Europa, por exemplo, observa-se uma clara reversão deste quadro⁶. Nos EUA, a grosso modo, trata-se de uma modernização seletiva de Farms familiares, estreitamente controlada pelo capital agroindustrial e financeiro⁷. Nos ditos países do terceiro mundo as dinâmicas observadas são também das mais diversas⁸.

O campesinato se transforma, supera antigas determinações e adquire novos traços sob o capitalismo, processo este que se acelerou com a concentração e centralização de capitais. Tal realidade, logicamente, determinou novos estudos e contribuições. Ao lado da clássica descampesinização e diferenciação camponesa, agrega-se ao debate as teses enveredadas pela externalidade do campesinato ao capitalismo.

1.2 O Campesinato Como Modo de Produção

Do seio da economia política não marxista sai uma das primeiras sistematizações conceituais da pequena produção camponesa em sua expressividade na agricultura moderna. Trata-se da "Escola Russa da Organização da Produção", a qual tem em Alexander Chayanov seu autor mais proeminente⁹.

Chayanov se contrapõe às teses de que tudo é capitalismo e vê a sociedade capitalista enquanto coexistência de diferentes sistemas econômicos (formação social). No caso em questão, o sistema econômico da unidade de trabalho familiar é uma estrutura econômica distinta do capitalismo.

⁵ Para uma crítica a tese da diferenciação camponesa de Lênia, vide: Shanin 1980; e Wilkinson 1986.

⁶ Vide: Faure, 1979 e Tepicht, 1973.

⁷ Vide: Burbach & Flynn, 1982.

⁸ Vide: Shanin, 1980.

⁹ Para um histórico da Escola da Organização da Produção e para uma análise crítica da teoria de Chayanov, vide: Kerblay, 1973.

Ambos coexistem, se relacionando em seus terminais - trocas mercantis - , porém mantêm suas lógicas internas próprias (Chayanov 1981: 133 -135).

As unidades de trabalho familiar não utilizam trabalho assalariado e, portanto, estão fora dos sistemas conceituais capitalistas (lucro líquido, renda da terra etc...). O produto do trabalho familiar é a única categoria de renda possível, sendo determinada por fatores externos como: tamanho e composição da família; número de membros capazes de trabalhar, produtividade do trabalho, grau de esforço e autoexploração do trabalho (Chayanov 1981: 136 - 140).

O objetivo de tal unidade é a manutenção das condições de vida familiar. Esta é obtida através do equilíbrio interno entre a satisfação da demanda familiar e a penosidade do trabalho. Trata-se de avaliações subjetivas entre o emprego da força de trabalho e dos meios de produção disponíveis e a situação do mercado. Como o objetivo é a pura sobrevivência da família, dada pelo produto do trabalho familiar, em períodos de alta de preços as unidades familiares apresentariam uma curva de oferta invertida, pois com o emprego menor de força de trabalho obteriam idêntico produto familiar. Está, portanto, excluída a acumulação e, por conseguinte, a possibilidade de diferenciação camponesa.

Em Chayanov, o sistema econômico da unidade de trabalho familiar é visto como extremamente estável e não contendo irracionalidades, pois busca o máximo de rendimento do trabalho. O único fator capaz de determinar diferenciações no seio deste sistema econômico seria o demográfico, dado pela relação entre o número de bocas a alimentar e a quantidade e qualidade (faixa etária, sexo etc.) da mão de obra disponível.

A análise de Chayanov se reveste de particular importância por trazer novos "insights" ao debate sobre a pequena produção e suas especificidades. No entanto, as teses sobre as bases subjetivas da produção camponesa e de sua externalidade ao capitalismo - como um sistema econômico específico dotado de forte estabilidade - dificilmente se sustentariam, como de fato veio a ocorrer, frente a análises epistemologicamente mais avançadas que se atessem mais rigorosamente às dinâmicas apresentadas pelo campesinato sob o capitalismo.

É com o marxismo acadêmico, florescente nas décadas de 60 e 70 na Europa, que a análise de Chayanov é retomada, não na perspectiva de sua superação, mas sim com o seu acasalamento com novas leituras de Marx e tentativas de fusão deste com as correntes estruturalistas francesas, tendo a frente L. Althusser.

Estas análises se pautam por privilegiar as estruturas e suas articulações, sendo o todo resgatado sob o conceito de formação social. O conceito de modo de produção torna-se a unidade de análise, a estrutura com determinantes (lógica) próprios. Assim, a formação econômica e social é entendida como a articulação, num espaço nacional, de distintos modos de produção (estruturas). O conceito de modo de produção foi, por assim dizer, progressivamente estreitado. Num primeiro

momento, o "modo de produção subordinado" (tributário, camponês etc.) surge com o mesmo estatuto teórico do conceito de modo de produção capitalista, feudal etc. Em seguida, os "novos modos de produção diferenciam-se dos clássicos pelo fato de jamais ocorrerem isoladamente ou de forma dominante. Por fim, em algumas análises o conceito de modo de produção aparece simplesmente como um dado técnico, uma simples forma de produzir (Vide: Shanin 1980: 60 - 65.).

Exemplo clássico constitui o célebre trabalho de Samir Amin & Kostas Vergopoulos, intitulado "A Questão Agrária e o Capitalismo" (Amin & Vergopoulos 1977). Segundo os autores, o mundo atual é formado por um sistema de formações sociais ligadas entre si por relações mercantis. As formações capitalistas tendem à homogeneidade e os modos de produção dominados são profundamente alterados e, muitas vezes, esvaziados em seu conteúdo. Os autores se propõem exatamente a resgatar este domínio do modo de produção capitalista, como este se articula e transforma o(s) modo(s) de produção que lhe deu (deram) origem histórica (Amin & Vergopoulos 1977: 13s). Para tal, faz-se mister a análise da propriedade da terra e da renda fundiária. Com isto passa-se do simples estudo do modo de produção capitalista para o conceito de formação social.

Tal ocorre porque, para os autores, a renda da terra é uma categoria pré-capitalista que existe simplesmente pelo fato de o capitalismo não nascer do vazio. A acumulação primitiva é uma condição histórica para a gênese do capitalismo e foi levada a efeito graças à aliança de classes entre a burguesia e os proprietários de terra. Dessa forma Amin & Vergopoulos concluem que a renda absoluta é a expressão econômica desta aliança. Da mesma forma, a renda diferencial, como produto da circulação de mercadorias, difere-se do sobre-lucro industrial apenas por ser anterior ao capitalismo.

Percebe-se aqui uma clara reinterpretação das considerações de Marx sobre a renda fundiária contidas no livro III de O Capital, onde as contradições do modo de produção são expurgadas por vieses meramente teóricos. Utilizando a argumentação de Marx, pode-se afirmar que a renda absoluta é fruto da apropriação privada da terra e que a renda diferencial só adquire expressão econômica quando da generalização da circulação de mercadorias, quando a mais-valia torna-se a forma social do trabalho excedente. Premissas estas que só alcançam seu pleno desenvolvimento sob o modo de produção capitalista.

Voltando à análise de Amin & Vergopoulos, a aliança entre burgueses e proprietários fundiários determinou a formação de um imenso exército industrial de reserva, um enorme desenvolvimento das forças produtivas e um violento processo de acumulação de capitais. No entanto, a renda fundiária representa uma contradição nesta aliança, subtraindo do capital uma parcela da mais valia social em prol dos proprietários fundiários. A acumulação de capital passa a ser tolhida pela renda fundiária e esta apresenta seu caráter não capitalista.

Adentrando-se na fase mais avançada da agricultura, onde esta se moderniza, reduzindo o montante das rendas fundiárias, altera-se a aliança de classes. Com quem, então, irá se aliar à

burguesia? Amin & Vergopoulos, com base em Chayanov, introduzem o conceito de modo de produção camponês, pertencente à família dos modos de produção "pequeno-mercantis simples", os quais não têm existência isolada e jamais de forma dominante.

Tal modo de produção, segundo os autores, é profundamente esvaziado em seu conteúdo pelo modo de produção capitalista. O camponês concorre no mercado capitalista em função do baixo nível de vida a que se sujeita, anulando, assim, renda da terra passível de se obter enquanto proprietário. Ele é remunerado segundo o valor da força de trabalho. Dispõe apenas da posse formal dos meios de trabalho e apenas aparentemente é um comerciante. Ou seja, o moderno complexo agroindustrial reduz o camponês à condição vizinha de um proletário a domicílio. Na verdade, é um vendedor de força de trabalho (Amin & Vergopoulos 1977: 29).

Adentrando-se na agricultura dos países socialistas, no ensaio "Marxisme et Agriculture: Le Paysan Polonais", de Jerzy Tepicht (Tepicht 1973), encontramos uma das mais interessantes abordagens do campesinato em seu desenvolvimento histórico, analisando as determinantes internas e externas de sua dinâmica. Prolongaremos-nos um pouco mais no aportes de Tepicht, dada a sua relevância para o debate e seu relativo desconhecimento no Brasil.

Tepicht observa que a fórmula trinitária não se confirmou historicamente e que, a despeito de suas condições técnicas, a pequena produção camponesa guarda preponderância na Europa. Está empiricamente comprovado que o movimento das relações capitalista é de dentro para fora da agricultura daquele continente. Substituem-lhes as relações entre a economia camponesa e os grandes monopólios que dominam a agricultura.

Passando ao largo dos aportes franceses mais recentes, Tepicht considera essencial a contribuição dos neo-populistas russos de influência marxista (Makanov) ou de influência da Escola Austríaca "matemático-psicologista (Chayanov). Para o autor, é necessário tomar posição frente a estes estudos anteriores (Tepicht 1973: 17).

A economia camponesa é tratada por Tepicht como um modo de produção, num sentido próximo ao de Marx, ou seja, um conjunto coerente e distinto de forças produtivas e de relações de produção entre os homens. Próximo, não igual, porque

"... o modo de produção camponês não é gerador de uma formação particular (tal como o capitalista), ele se incrusta numa série de formações, se adapta, interioriza de sua maneira as leis econômicas de cada uma e, ao mesmo tempo, com maior ou menor intensidade, imprime em cada uma delas a sua marca. Nisto reside ... o segredo de sua surpreendente longevidade que inspirara as predições de sua perenidade" (Tepicht 1973: 19).

A divisão social do trabalho é o determinante externo do fenômeno da economia camponesa. Tal economia surge quando uma parcela da produção social passa a ser atividade urbana, nas fases

iniciais da desagregação das economias feudais. Como determinantes endógenos temos: no domínio das forças produtivas, uma sucessão de técnicas, das mais rudimentares às mais avançadas, empregando força de trabalho familiar; no domínio das relações de produção observa-se uma simbiose entre empresa agrícola e economia doméstica, bem como o gérmen de uma diferenciação de classe que, não obstante, não se realiza plenamente.

Estas características determinam a reprodução interna e a flexibilidade externa. Contudo, no entender de Tepicht, nas sociedades industriais (socialistas ou capitalistas), em vez de contribuírem para sua persistência, esta simbiose leva à desagregação rápida da economia camponesa. Portanto, assistimos atualmente a uma fase de decadência das economias camponesas.

A economia camponesa, segundo Tepicht, apresenta os seguintes traços:

- *Caráter familiar*: individualismo externo, porém forte coletivismo interno. Há uma simbiose entre a unidade de exploração e a unidade de consumo.
- *Relação entre os fatores de produção*: substituição crescente do fator trabalho por capital; substituição parcial do fator terra por capital; por último, substituição de terra e trabalho por capital, o que determina o gérmen da diferenciação de classe.
- *Relação da economia camponesa com o mercado*: a unidade camponesa é parcialmente mercantil. Na terminologia de Tepicht, a venda de mercadorias pela unidade camponesa constitui a Intensidade II. Esta reflete uma intensa utilização de recursos internos sob a forma de consumo intermediário e implica em explorações camponesas polivalentes. Atualmente, assiste-se na Europa a uma crescente substituição da Intensidade II pela Intensidade I - compra de mercadorias -, o que implica em maior especialização das unidades camponesa, sem contudo alterar a auto-exploração e baixa remuneração camponesa.
- *Relações entre trabalho e renda camponesa*: há uma diferenciação no trabalho camponês e nas rendas correspondentes (Tepicht 1973: 20-30).

Vejamos mais de perto este último aspecto. Tepicht está de acordo com as premissas de Chayanov. Diverge, no entanto, dos desenvolvimentos ulteriores deste, por não corresponderem ao processo histórico. Ou seja, não está de acordo com a abordagem demográfica e subjetiva da economia camponesa.

Nas palavras de Tepicht,

"Em Chayanov, o esforço da família camponesa é apresentado como um "continuum" onde cada unidade sucessiva de trabalho não se distingue qualitativamente da precedente, senão que do ponto de vista do camponês é sempre mais árduo e menos útil. (Segundo Tepicht) ..., é um trabalho composto pelo menos de duas partes qualitativamente distintas: segundo o caráter da força de trabalho utilizada (transferível ou não transferível a outros setores econômicos); segundo o caráter material de seu produto e à remuneração do trabalho contido no preço destes produtos". (Tepicht 1973: 40)

Este trabalho marginal (não transferível) é constituído pelo trabalho dos membros da família como as crianças, os velhos e as mulheres. Estas forças marginais da unidade camponesa são aplicadas em atividades que demandam grande intensidade de trabalho. Portanto, nestas atividades a unidade camponesa apresenta uma capacidade maior de concorrência frente a empresas capitalistas ou estatais. A força de trabalho do chefe da família, por não ser marginal, tem possibilidades de remuneração idênticas à de um trabalhador de empresas capitalistas ou estatais.

Uma tal forma de economia familiar sofre forte influência do desenvolvimento das forças produtivas. Reage da forma que lhe é característica, procurando todo incremento possível de ganho, independente do esforço a fornecer em contrapartida. Desta maneira, os termos de troca tornam-se a expressão mesma das relações entre a agricultura e a economia industrial que a engloba (Tepicht 1973: 46).

As análises do desenvolvimento do capitalismo que viam no campesinato um modo de produção específico tiveram rápida aceitação no início dos anos 70, a ponto de se tornarem um modismo.

Inegavelmente contribuíram ao debate. Contudo, sua rápida propagação deve-se muito mais à sedução de um viés que permite facilmente a explicação de fenômenos complexos e contraditórios, como o é a produção camponesa sob o capitalismo.

A técnica se apresenta de forma simples, porém questionável em sua validade heurística. Basta seccionar o real em unidades mais ou menos estanques - estruturas teoricamente capazes de serem sistematizadas - para posterior reagrupamento destas sob a forma de articulação, resgatando assim a noção de totalidade. De resto, é enquadrar a realidade nestas análises. Nos termos de John Wilkinson, trata-se da combinação de uma microanálise Chayanoviana da exploração familiar com a teoria da articulação dos modos de produção (Wilkinson, Opus cit., p. 46.)

Apesar de terem sido inúmeras as contribuições desta vertente de análise - mormente no que se refere à estrutura interna do campesinato -, as causas mais profundas de sua superação se relacionam a sua incapacidade de proporcionar uma visão global dos fenômenos sociais sem reduzir ou absolutizar determinadas categorias de análise.

1.3 A Redefinição das Relações Agricultura / Indústria

Assistiu-se nas últimas décadas a um violento processo de reaproximação entre a indústria e a agricultura. Por um lado, desenvolveu-se o setor produtor de insumos agropecuários (sementes, vacinas, adutos etc.) e de máquinas e implementos agrícolas (tratores, ceifadeiras etc.) Por outro lado, grande parte dos produtos agropecuários são atualmente processados industrialmente antes de chegarem à mesa do consumidor.

Da mesma forma, cresceu assustadoramente a intermediação financeira na agricultura, dado que as novas bases produtivas demandam investimentos crescentes. Estes setores a montante e a jusante da agricultura são em geral fortemente oligopolizados. Soma-se, não por último, a forte atuação do Estado nos rumos trilhados pela agricultura.

Apesar da forte modernização da agricultura, a sua maior aproximação com a indústria não determinou inexoravelmente o desaparecimento da pequena produção familiar, proporcionando-lhe, inclusive, novos alentos. As interpretações deste fenômeno se bifurcaram em duas linhas básicas a serem apresentadas a seguir.

1.3.1 A Redefinição Da Relação Capital/Trabalho Na Agricultura

As elaborações teóricas sobre o campesinato, neste quadro, deslocaram o foco de análise para o estudo das novas relações entre pequenos produtores familiares e o capital. Redefine-se a relação capital/trabalho. O conceito de proletarização passa a ser empregado também em situações onde o capital não expropria completamente o trabalhador de seus meios de produção, porém domina o processo produtivo e acumula excedentes com base na produção familiar. Ascendem ao primeiro plano de análise conceitos como: subordinação, subsunção formal, subsunção real e suas variantes.

Claude Faure, em seu ensaio "Agriculture et Capitalisme" (Faure 1978), nos proporciona interessantes contribuições sobre as relações entre a produção camponesa e a economia globalizante. Sua análise se reveste de particular importância por servir de referência para inúmeras análises desenvolvidas no Brasil.

Faure critica a idéia de que as formas capitalistas de produção irão substituir outras formas ditas arcaicas ou não adequadas ao capitalismo, ou seja, de que o mercado repetirá na agricultura o que fez na indústria há muito tempo (Faure 1978: 19). Pelo contrário, o capital não cessa de se apoiar em formas de produção que em sua estrutura nada têm em comum com ele próprio.

Faure objetiva desvendar, sob a autonomia aparente, as relações subjacentes à pequena produção familiar, ou seja, a sua subordinação ao capital. Conclui que

"... A autonomia da pequena produção é sua capacidade de escolher de que forma será explorada, como o proletário pode escolher o patrão. A autonomia se transforma em seu contrário: em submissão, ou seja, em coação de sobre-trabalho" (Faure 1978: 48).

Vejamos como Faure chega a estas conclusões. Inicialmente constata a persistência no capitalismo de formas de produção que aparentemente lhe são estranhas. Cita os exemplos da pequena produção agrícola e do pequeno comércio. O conjunto das formas de produção se reproduz sob a égide do modo de produção dominante. O MPC é dominante por ser o único capaz de reproduzir ampliadamente o seu domínio, ou seja, a reprodução ampliada do campo de extração de mais-valia, da mais-valia extorquida.

Assim, ao se reproduzir ampliadamente, o modo de produção capitalista reproduz o conjunto das formas de exploração. As distintas formas de produção, em sua reprodução, são meios e condições umas das outras. Portanto, estas formas não especificamente capitalistas, embora aparentemente permaneçam inalteradas, são transformadas naquilo que são elementos do processo de reprodução de um modo de produção distinto daquele que são remetidos historicamente (Faure 1978: 21).

A articulação destas formas de produção ao MPC se recobre de relações de dominação deste último e submissão das primeiras. Portanto, não são exteriores ao campo de ação do capital. A dominação se dá no processo social de produção capitalista, onde o processo de circulação constitui um campo privilegiado. A produção constitui apenas um momento da circulação.

Segundo Faure, operários e pequenos produtores têm em comum o fato de recorrerem periodicamente ao mercado para venderem força de trabalho ou suas mercadorias. Este sujeição (contraint) do trabalho Faure conceitua como submissão do trabalho. Submissão esta presente já no processo de circulação.

"O trabalhador não tem escolha entre trabalhar e não trabalhar, vender ou não sua força de trabalho; da mesma maneira, o camponês não tem socialmente a escolha, a liberdade de utilizar tal ou tal processo técnico, de fazer tal ou tal especulação ou de decidir o uso de seu produto: nos dois casos, a ausência da propriedade real dos meios de produção determina, antes mesmo que o processo de produção seja iniciado, o que será este último" (Faure 1978: 30).

Neste ponto, Faure toma o conceito de submissão (soumission) presente no capítulo VIº. inédito de "O Capital", agregando-lhe algumas alterações. Temos então: submissão formal, formal de transição e submissão real do trabalho ao capital.

A submissão formal e formal de transição ocorre quando os processos técnicos não são essencialmente modificados e, portanto, o produtor ainda goza de relativa autonomia. A submissão real e

formal de transição corresponde a formas de produção especificamente capitalistas, pois mesmo na submissão formal de transição (formal em Marx), as relações imediatas já são capitalistas.

Na submissão formal - a qual está submetido o campesinato francês analisado por Faure -, o produtor vê sua prática sobredeterminada pelas relações sociais de produção. Mesmo o processo imediato de produção sofre grandes transformações internas. Funciona como um modo específico de extorsão de sobre-trabalho, onde o capitalismo ainda não revolucionou completamente o processo de trabalho. Neste caso, a análise da dominação do capital é a análise das relações dos pequenos produtores com a circulação capitalista (Faure 1978: 33 - 35).

A partir do momento em que o produto do pequeno produtor familiar destina-se à troca de mercadorias, este perde o domínio sobre as decisões de produção. De acordo com Faure, a produção camponesa se dá conforme os ditames da produção social. O seu produto não deve conter além do

socialmente necessário, o que pressupõe o emprego de determinadas técnicas, obtenção de padrões mínimos etc.

O mercado é o mercado do capital e o controle do mercado já é, virtualmente, o controle da produção. O capital, embora não apareça ao nível preciso da produção camponesa, é o dirigente e o chefe do processo de produção imediato. A aparente independência do pequeno produtor no processo de produção imediato desaparece quando analisada sob a ótica do conjunto da produção social. A submissão ao nível da circulação é concomitantemente submissão do processo de trabalho camponês (Faure 1978: 37 - 39).

A reprodução do setor formal da submissão do trabalho ao capital obedece a leis muito particulares. Basta que os produtos das vendas camponesas proporcionem apenas um equivalente ao salário e aos meios de produção materiais do processo de trabalho original. A multiplicação das relações mercantis entre os pequenos produtores e o capital é condição para a realização de um valor crescente do produto, sendo este destinado à acumulação própria e ao desenvolvimento da produtividade do trabalho do produtor direto. Tal reprodução ampliada reproduz em escala ampliada a exploração dos produtores diretos (Faure 1978: 80s).

Cada produtor é forçado a ter uma produtividade superior à média. Isto é fruto das relações capitalistas subjacentes. Instaura-se uma concorrência entre os pequenos produtores, cujos beneficiários serão os distintos capitais com os quais estes mantêm relações sucessivamente. A pequena produção assegura uma supremacia relativa - baseada na exploração permanente da força de trabalho familiar - sobre a concorrência capitalista. A melhor produtividade capitalista é compensada pelas características da produção familiar, onde a ausência de lucro não constitui limite à produção.

A empresa capitalista só teria condições de concorrência caso seu diferencial de produtividade compensasse a falta de lucros e da renda da terra nos preços da pequena produção familiar. Não obstante, o próprio Faure relembra que o nível atual das forças produtivas na agricultura não permite este diferencial de produtividade (Faure 1978: 51).

A maneira como se formam os preços agrícolas são, portanto, um freio ao desenvolvimento da produção capitalista propriamente dita. Contudo, reflete uma forma de dominação capitalista bastante estável: a reprodução do setor da submissão formal (Faure 1978: 80s).

A análises pautadas na redefinição das relações capital/trabalho na agricultura devolveram a esta uma maior abrangência e uma melhor inserção na totalidade globalizante. Contudo, faz-se necessário algumas considerações gerais. Primeiramente, o emprego de conceitos como subsunção formal e/ou real para designar as novas relações entre campesinato e capital não correspondem à forma que foram concebidos originalmente por Marx. No capítulo 6º. inédito (Marx 1985: 87 - 108), o conceito de subsunção (formal ou real) se refere única e exclusivamente a situações onde o trabalhador

se encontra despossuído dos meios de produção. Não se trata aqui de mero apelo à ortodoxia. Na realidade, tentamos contrapor a absolutização dos mecanismos de dominação do capital que tudo determinaria. Se nas análises do campesinato via modos de produção havia uma polarização nos aspectos internos, dá-se aqui o reverso: a polarização nos aspectos externos. Ocorre uma certa tendência funcionalista nestas análises, dado que a produção camponesa é sempre colocada "ex-poste" nos marcos analíticos. Necessário se faz ater-se à interação entre a pequena produção e o capitalismo, sem absolutizar a sobre-determinação da primeira pelo último.

1.3.2 O Campesinato Derivado dos Obstáculos Estruturais à Produção Capitalista na Agricultura

Encontramos em Mann & Dickson um claro exemplo destas análises. No trabalho "Obstacles to the Development of a Capitalist Agriculture" (Dickinson & Mann 1978), os autores afirmam que os motivos da sobrevivência e expansão da pequena produção familiar devem ser buscados não na dinâmica destas formas de produção, mas sim nas necessidades da própria produção capitalista. Em outras palavras, a expansão da produção familiar deve ser buscada nos motivos da fuga de capitais de determinadas esferas da produção agrícola.

Dickinson & Mann se reportam a Marx na análise dos obstáculos ao desenvolvimento da agricultura capitalista. Para tal, baseiam-se na diferença entre tempo de trabalho e tempo de produção¹⁰ na atividade agropecuária. Ou seja, em determinadas esferas da produção agropecuária, o tempo de produção de uma mercadoria - lapso de tempo entre o início de sua produção e a sua conclusão, na forma acabada para o consumo - é maior que o tempo de trabalho - número de horas ou dias efetivamente trabalhados para sua produção. Por exemplo: o tempo de produção de uma lavoura de trigo (aproximadamente cinco meses) é substancialmente maior que o número de horas efetivamente trabalhadas pelo agricultor neste período para esta produção.

Os efeitos disto sobre a rotação dos capitais aplicados na agricultura, bem como a ociosidade dos equipamentos e a perecibilidade dos produtos agrícolas, determinariam uma menor taxa de lucro aos capitais aí investidos. Portanto, haveria uma fuga de capitais de determinadas esferas da produção agrícola, mormente onde os avanços tecnológicos ainda não conseguiram estreitar o hiato entre o tempo de produção e o tempo de trabalho. É criado, assim, um espaço para a reprodução da produção familiar.

Estas conclusões serão questionadas quando abordarmos, mais adiante, as análises desenvolvidas no Brasil com base nestes autores.

2. O Debate Brasileiro

¹⁰ Para maiores esclarecimentos sobre estas categorias, ver: Marx, livro II, parte segunda: A Rotação do Capital.

Num largo período histórico, tamanho o desconhecimento da realidade agrária brasileira, as análises se refugiavam na ortodoxia ao quadro geral da transição feudalismo-capitalismo européia. Coube a Caio Prado Junior jogar uma verdadeira pá de cal nas teses feudais e dualistas (Prado Junior 1966). Entretanto, a simples colocação da agricultura brasileira como uma realidade capitalista não resolveu o problema. Teve o mérito de abrir o debate sob bases mais lúcidas.

A gama de análises que sucederam a Caio Prado Junior só encontra limites na própria diversidade revelada pela agricultura brasileira. Procuraremos aqui resgatar apenas aquelas que mais diretamente se atêm ao nosso objetivo geral, ou seja, que tratam da problemática da produção familiar sob o capitalismo. Em linhas gerais, o debate brasileiro segue a mesma sistematização apresentada no início deste trabalho.

2.1. Grande Empresa Capitalista e a Diferenciação Camponesa

Ao analisar o fenômeno do "Bóia Fria" em São Paulo, D'Incao (D'Incao 1983) argumenta que o avanço do capitalismo no campo determina tanto a concentração da terra quanto à modernização da grande propriedade como formas da acumulação de capital. Estas tornam supérflua a preservação do minifúndio e de relações de assalariamento disfarçado na agricultura (tais como parceria, colonato etc.), pois provocam a formação de um excedente de trabalhadores que se sujeitam ao trabalho volante e à baixa remuneração de sua força de trabalho.

D'Incao constata a generalização deste processo na expansão da agricultura comercial que, substituindo a agricultura de subsistência, provoca a concentração de terras e o surgimento de relações de assalariamento puro (D'Incao 1983: 148).

Para Paulo Sandroni (Sandroni 1980), a compatibilidade de interesses da grande burguesia com a permanência da produção camponesa é uma formulação questionável. A funcionalidade econômica da produção camponesa é contestada. Sua perda de importância se reflete na intensificação da diferenciação do campesinato e na ascensão da produção capitalista. Modernização do campesinato é, então, sua transformação para formas capitalistas de produção.

Em seu ensaio "Agricultura e Industrialização do campo no Brasil", Geraldo Muller (Muller 1982) enfatiza o complexo agroindustrial, definido como:

"... o conjunto dos processos técnico-econômicos e sócio-políticos que envolvem a produção agrícola, o beneficiamento e sua transformação, a produção de bens industriais para a agricultura e os serviços financeiros e comerciais correspondentes ..." (Muller 1982: 48)

Muller argumenta que, a partir dos anos 70, a agricultura brasileira passou a desempenhar um importante papel para a acumulação das indústrias de bens de capital, além dos já tradicionais setores a jusante e de exportação que sempre dependeram da agricultura. A posse da terra pura e simples não

mais constitui a condição para a produção agrícola. A disponibilidade de um certo montante de capital passou a ser uma determinação social desta produção.

"... neste sentido, o trabalho agrícola subsume-se ao capital, num contexto marcado pela industrialização crescente da agricultura, processo no qual a terra-matéria perde suas forças determinadoras das condições de produção em favor da terra-capital." (Muller 1982: 49)

Muller pouco se atém à análise das relações sociais de produção. Propõe uma estratificação social no campo com base no nível tecnológico das unidades produtivas. Constata um aumento da burguesia e da pequena burguesia rural (produtor familiar e burguesia rural modernizadas) em detrimento da burguesia e da pequena burguesia tradicional e dos trabalhadores autônomos (pequenos arrendatários e parceiros). Constata, igualmente, a elevação do número de trabalhadores assalariados em domicílio.

"... isto é, daquela enorme massa de gente que, conquanto proprietária territorial, não passa de trabalhadores agrícolas para a indústria e o comércio." (Muller 1982: 52)

Percebe-se na análise de Muller fortes matizes com origem em Kautsky e um clara tendência a identificar capitalismo com progresso técnico¹¹, negligenciando a riqueza das relações sociais no campo acobertadas pelos dados censitários. Relações estas que, em grande parte, não se enquadrariam em sua análise.

Não se trata de negar a presença e importância de relações capitalistas na agricultura brasileira. No entanto, tal não pode ser absolutizado no quadro atual como tendência dominante, mesmo com o avanço da industrialização da agricultura. O mesmo é válido para as análises de D'Incao e Sandroni.

2.2 Modos de Produção e Agricultura Brasileira

As discussões sobre modos de produção na agricultura brasileira não são recentes no Brasil. Por muito tempo o debate sobre a ocorrência do modo de produção feudal no Brasil - ou de seus resquícios - foi dominante no Brasil. Mais recentemente, o conceito de modo de produção foi utilizado como unidade de análise, principalmente nas pesquisas desenvolvidas no Museu Nacional, tendo como pano de fundo o debate europeu do início da década de 70. Entre os diversos trabalhos desenvolvidos no Museu Nacional se destacam os de Moacir Palmeira, Lygia Sigaud, José Sérgio Lopes e Afrânio Garcia.

Tomemos como exemplo a obra "Terra de Trabalho", de autoria de Afrânio Garcia (Garcia 1983). Quando de seu estudo sobre a pequena produção familiar na Zona da Mata Pernambucana, este autor baliza suas pesquisas na concepção da especificidade do modo de produção camponês. As

¹¹ Vide a este respeito as críticas de Sorj, Goodman & Wilkinson, 1985.

particularidades distintivas deste modo de produção são dadas pelas relações de parentesco, que determinam as unidades de produção e consumo, e pelo caráter familiar da divisão do trabalho.

O modo de produção camponês é entendido como sendo subordinado, podendo se articular a outros modos de produção. Seu movimento é determinado pelo modo de produção dominante. Para Afrânio Garcia, este modo de produção - unidade específica de forças produtivas e relações de produção- suporta avanços técnicos até o ponto em que não se rompem suas relações de produção, basicamente de cunho familiar. Da mesma forma, o seu caráter subordinado não lhe permite gerar uma superestrutura político-ideológica.

Afrânio Garcia, com base no conceito de modo de produção camponês, se propõe a reconstruir a economia do pequeno produtor através de uma análise etnográfica e da prática econômica destes. O desenvolvimento de seu trabalho é riquíssimo. No entanto, a nosso ver, reconstrói não a economia do pequeno produtor, mas sim sua subordinação histórica e sua prática econômica sobredeterminada pelos ciclos da acumulação canavieira. Processo este que não exclui totalmente a pequena produção, muito menos dela prescinde.

São inegáveis as determinações particulares desta pequena produção, porém sua incapacidade orgânica de gerar uma dinâmica própria, capaz de dotar-lhe de uma superestrutura político-ideológica, invalida sua conceituação como um modo de produção, a não ser por reducionismos conceituais.

2.3 A Redefinição das Relações Capital/Trabalho

O estreitamento das relações entre o capital agroindustrial e a produção agrícola familiar não é um fenômeno apenas das economias capitalistas mais avançadas. Propaga-se também na agricultura dos países menos desenvolvidos. No Brasil, este processo sofreu especial alento a partir de meados da década de 60. Assume atualmente particular importância, mormente no Centro-Sul e Sul do país.

Mantidas as devidas especificidades, ocorrem também no Brasil dinâmicas semelhantes àquelas analisadas, por exemplo, por Faure, Dickinson e outros. Não é de se admirar que estas análises tenham inspirado diversos estudos de pesquisadores brasileiros.

Nazareth Baudel (Baudel 1979), por exemplo, propõe uma nova abordagem teórica para a não proletarização da totalidade da força de trabalho no Brasil que não adentre por viéses tipo: formas de produção pré-capitalistas e afins. Para a autora, a força de trabalho não proletarizada é um elemento capitalista; é um dos elementos do desenvolvimento do capitalismo na criação do espaço para sua reprodução ampliada.

De acordo com sua hipótese de trabalho, o capital, em seu desenvolvimento no setor agrícola, cria um espaço ocupado pelo campesinato. O camponês se transforma em um "trabalhador para o capital", distinto do proletariado por ser distinta a forma de exploração de sua força de trabalho. A

reprodução do campesinato se insere nas condições históricas do funcionamento do capital e das lutas políticas subjacentes.

Este camponês se difere do camponês feudal, da mesma maneira que a propriedade camponesa sofre transformações no capitalismo. A terra tem um preço: é renda capitalizada. Se o camponês se apropria da renda, tende a tornar-se um capitalista. Do contrário, não é o real proprietário capitalista (Baudel 1979: 49).

Com base na análise do produtor parcelário em Marx, Baudel coloca:

"O único limite à continuidade da atividade produtiva do camponês é, assim, dado pelo trabalho necessário à sua reprodução, uma vez repostas suas condições de trabalho. Por conseguinte, o camponês, sob o capitalismo, torna-se um agente que permite a apropriação por terceiros, da totalidade da mais-valia por ele produzida, a qual é liberada, incorporada ao processo global da acumulação e canalizada para os setores dinâmicos da economia. A exploração camponesa constitui, portanto, a base de uma das formas de dominação do capital na agricultura" (Baudel 1979: 50).

De acordo com Baudel, a transferência do sobre-trabalho do camponês é mediatizada pelo mercado capitalista, onde recebe um tratamento diferenciado, podendo ser transferido, inclusive, parte do valor da força de trabalho do camponês. Esta mediação do mercado interfere na própria organização interna da exploração camponesa. Vê-se aqui uma nítida influência de C. Faure na análise de Baudel.

José Graziano da Silva, em seu trabalho "A Modernização Dolorosa" (Silva 1982), propõe uma análise das transformações da agricultura brasileira no conjunto das transformações do capitalismo no Brasil atual. A principal característica desta transformação é a chamada industrialização da agricultura, entendida como o domínio progressivo do homem sobre as condições naturais de produção, transformando as bases naturais da agricultura.

Graziano entende que, no Brasil, esta modernização foi conservadora, basicamente porque, na fase do capitalismo monopolista, a transformação da agricultura perde algo de seu dinamismo. Em nosso país houve uma aliança entre o grande capital e o latifúndio, sob a égide do Estado. Esta aliança ainda hoje mantém a velha dominação do capital comercial e usurário ao lado do moderno capital financeiro. Por conseguinte, formas arcaicas ainda são reproduzidas (Silva 1982: 126).

Há, segundo o autor, uma certa debilidade nas transformações capitalistas na agricultura, onde o capital não consegue expropriar completamente o trabalhador rural, nem revolucionar o processo produtivo. Esta é a forma específica da dominação capitalista na agricultura brasileira, estando ainda presentes o capital comercial e usurário. A modernização se dá apenas em alguns setores e é fortemente sustentada pelo Estado (Silva 1982: 126).

A subordinação da agricultura brasileira ao capital comercial ligado à exportação é o elemento histórico que determina a debilidade das transformações na agricultura. O morador, o colono, o

agregado, o posseiro, o meeiro, pequeno arrendatário etc., embora tenham a posse da terra, têm um elo em comum: o de serem trabalhadores para o capital, embora produzam parte de sua subsistência com base no trabalho familiar (Silva 1982: 128).

Para analisar o "novo camponês", Graziano se reporta a Beskov. Este aponta duas formas concretas de subordinação da pequena produção:

- formas subordinadas ao capital comercial e ao proprietário fundiário.
- formas subordinadas à agroindústria e "cooperativas capitalistas".

A primeira é mais comum em zonas de fronteira agrícola e a segunda ao sul do Brasil. Analisando as duas formas, Graziano conclui que:

"... a produção camponesa no Brasil de hoje está subordinada ao capital que se interpõe como comprador de suas mercadorias e como fornecedor dos meios de produção que necessita" (Silva 1982: 130).

De acordo com o autor, em determinadas situações concretas, a pequena produção familiar é adequada ao movimento de acumulação de capital, ou seja, é um elemento da reprodução ampliada do capital. Assim, o camponês é recriado segundo os interesses do capital e não por ter uma lógica própria ou por ter uma superioridade técnica e econômica à produção capitalista. O pequeno produtor é, portanto, um trabalhador para o capital.

Graziano introduz o conceito de subordinação indireta e direta (formal e real) do trabalho ao capital. A primeira refere-se à subordinação sob a forma de capital dinheiro (capital comercial e usurário). A subordinação direta ocorre quando a subsunção se dá no próprio processo produtivo - formal quando tem por base as formas concretas de produção anteriores; real quando o capital revoluciona o processo produtivo e o trabalhador perde o controle do processo de trabalho -, onde o objetivo é a geração de mais-valia.

A proletarianização do camponês é entendida por Graziano não como seu simples assalariamento, mas sim como um processo gradativo de perda de autonomia e progressiva subordinação direta do trabalhador ao capital.

"Esse processo de 'descampesinização' pode levar tanto a uma expropriação do camponês de fato, transformando-o num 'assalariado puro', como a uma tecnificação de sua unidade produtiva, na qual ele permanece apenas formalmente proprietário dos meios de produção. Em qualquer desses dois movimentos, o sentido é o mesmo: subordinar o trabalho ao capital. Esse é o ponto fundamental da questão: submetido a esse processo de proletarianização, (entendido em seu sentido amplo) o camponês se descampesiniza, isto é, converte-se num trabalhador para o capital, num novo camponês" (Silva 1982: 135).

2.4 Os Obstáculos à Agricultura Capitalista

Entre as análises inspiradas em Dickinson & Mann, relacionamos os trabalhos de Nakano e Aidar & Perosa.

Com base nas recentes tendências de evolução da agricultura americana e européia, que apontam para um avanço das propriedades familiares modernizadas ("adequates"), Aidar & Perosa (Aidar & Perosa 1981) procuram explicar este fenômeno pelo seu inverso, ou seja, pelos limites dados à produção capitalista na agricultura.

Esta inversão do ângulo de análise se pauta por buscar as razões pelas quais a taxa de lucro no setor agropecuário é relativamente mais baixa que em outros setores da economia. Para os autores, o não controle do processo produtivo pelo capital - dado por: não coincidência do tempo de trabalho e tempo de produção, fato este que reflete o caráter ainda natural da produção agropecuária; o risco desta produção devido a adversidades climáticas e biológicas; a dispersão espacial do trabalho - pode inviabilizar o sucesso da grande empresa capitalista em muitas atividades do setor agropecuária.

Estes problemas seriam minimizados na produção familiar pelas próprias características desta forma de produção. Assim, as propriedades familiares modernizadas ("adequates") são mais eficientes tanto em relação às grandes empresas capitalistas, quanto em relação às menores, sem condições de acompanhar o progresso técnico.

Os autores concluem que a grande exploração capitalista ocorre preferencialmente quando esta pode usufruir as vantagens da integração vertical ou do maior controle do processo produtivo em determinadas atividades agrícolas ou de pecuária. Para tal contribui também o legado histórico das grandes propriedades (não necessidade de imobilização de capital na compra de terras, dada a posse histórica destas) e a política de subsídios e incentivos fiscais implementada pelo Estado.

Nakano (Nakano, 1981) parte das mesmas evidências empíricas tomadas por Aidar & Perosa. No entanto, diverge destes em seu desenvolvimento teórico. Para este autor, a expansão monopolista da economia destrói os requisitos da produção capitalista na agricultura, a saber: taxa de lucro e renda da terra. Isto ocorre basicamente devido às condições específicas da produção agropecuária frente a outros setores. Verifica-se, então, uma fuga de capitais do setor agropecuário para outros setores econômicos mais rentáveis. Temos, desta maneira, um espaço abandonado pelo capital e ocupado pela produção familiar.

Antecipando-se à pergunta do porque da pequena produção ocupar este espaço, Nakano constrói um modelo teórico que apresenta a resposta. Ou seja, a produção familiar é entendida como uma produção simples de mercadorias, onde se imporia a lógica do valor e não do capital, apesar de estar externamente subordinada à lógica deste.

Como os interesses deste produtor simples de mercadorias não ultrapassam a pura reprodução familiar, dá-se um perfeito casamento com os interesses do capital agroindustrial, apropriando-se do excedente que, de outra forma, caberiam ao proprietário fundiário e ao capitalista. Tal casamento se viabiliza através da compatibilidade da produção familiar com os níveis técnicos impostos pela agroindústria.

Estas análises, que, por assim dizer, derivam o campesinato de determinados obstáculos - em nível da produção e da circulação - estruturais a produção capitalista na agricultura, tendem a dar uma concepção funcionalista à pequena produção familiar. Repetem-se argumentos como: o capitalismo - verdadeiro "Deus ex-machine" - "cria um espaço ocupado pelo campesinato", ou ainda, "recria o campesinato".

A diminuição do montante das rendas fundiárias é perfeitamente compreensível, dado o progresso técnico na agricultura. E isto não constitui um obstáculo a inversões capitalistas na agricultura. Muito pelo contrário, é resultado do desenvolvimento do próprio capitalismo. Mesmo assim, a "destruição das rendas fundiárias, e dos lucros, dificilmente poderia ser compreendida dentro dos esquemas teóricos acima propostos". Vejamos por que.

Segundo os defensores desta, digamos, teoria da derivação do campesinato, a agricultura apresenta peculiaridades em nível da produção e da circulação. Abstraindo os monopólios e supondo que toda a produção social se dê de forma capitalista, o movimento de capitais determinaria que também na agricultura a obtenção de uma taxa média de lucro, apesar de suas especificidades. Reintroduzindo os monopólios na análise, a especificidade da agricultura em nível da circulação - que entendemos como sua incapacidade, salvo raras exceções, de formar setores oligopolizados - também permitiria que capitais nela aplicados percebessem uma taxa média de lucro correspondente à taxa média de lucro dos setores não monopolizados da economia.

Portanto, ao partirmos das análises dos obstáculos estruturais à empresa capitalista no campo, chegamos não à destruição da renda da terra e dos lucros, mas sim a uma tendência à diminuição do montante das rendas fundiárias e à formação de uma taxa de lucro na agricultura correspondente à taxa média de lucro vigente nos setores não oligopolizados da economia. A colocação "ex-poste" do campesinato ocupando um espaço "criado pelo capital" é demasiada funcionalista e constitui a própria limitação desta abordagem invertida do campesinato. Neste sentido, só é possível analisarmos uma suposta destruição da renda da terra e dos lucros na agricultura quando, concomitante com a produção capitalista, consideramos também a produção familiar. Ou seja, a produção familiar não é um produto (não é criada, e também não ocupa um espaço criado) de um processo, mas agente deste e neste processo.

2.5 O Campesinato como um Componente Histórico e Ativo

Durante quase um século esperou-se por uma proletarização do campesinato que, a grosso modo, não se apresentou como tendência inexorável. A redefinição do conceito de proletarização para preservá-lo, tem apresentado mais problemas que resolvido, mormente quando empregada em situações práticas. Concretamente se colocou para a pesquisa a necessidade de novas abordagens, de novos referenciais analíticos que possam dar conta desta realidade. Um novo salto qualitativo pode ser observado, por exemplo, nos trabalhos de Bernard Sorj, John Wilkinson e Theodor Shanin.

Estas novas abordagens se pautam pela não polarização entre uma visão que toma o campesinato como foco de análise e uma outra que centra fogo na sobre determinação capitalista. Iniciaremos com Theodor Shanin, autor Inglês que embasa este novo "demarche", sendo, por isto, aqui comentado.

No ensaio "*A Definição de Camponês: Conceituação de Desconceituações*" (Shanin 1980), Shanin se posiciona sobre as análises da transitoriedade do campesinato identificando não uma, mas três tendências de evolução camponesa. Estas podem, inclusive, ocorrer simultaneamente em diversas regiões do mundo um mesmo em um único país.

Para Shanin, a *diferenciação* camponesa foi de grande importância na transformação da agricultura. No entanto, tem como pressupostos uma economia de mercado livre e a geração de empregos para os recém-pauperizados. Contudo, modificaram-se as condições de apropriação de mais-valia que, num novo momento, passou a ser acumulada pelos grandes monopólios. Temos, então, uma tendência ao declínio, sem a correspondente ascensão de parcela do campesinato. Por conseguinte, não ocorre o desdobramento em pequenos burgueses e assalariados, mas sim um processo de pauperização, comprovada empiricamente em muitos países.

O capitalismo tem uma imensa capacidade de tudo explorar. No entanto, não tem a mesma capacidade de transformar tudo a sua semelhança. Ou seja, sob certas condições, o campesinato não se diferencia, nem mesmo se pauperiza. A importância do campesinato decresce na economia nacional, pois sua produção se atrasa frente à expansão mais dinâmica da economia globalizante. O campesinato se presta ao capital, fornecendo-lhe mão-de-obra e alimentos baratos e consumindo produtos industrializados ("acumulação primitiva permanente"). Simplesmente são *marginalizados* (Shanin 1980: 54 - 60) da economia¹².

Da mesma forma, Shanin se posiciona ante as análises que se utilizam do conceito de modo de produção camponês. Sua crítica se baseia na não existência de uma superestrutura político-econômica relativamente auto-suficiente. Igualmente, Shanin empresta pouca validade heurística nas variantes

¹² Percebe-se aqui uma clara referência ao caso mexicano analisado por Bartra.

que consideram o conceito de modo de produção camponês como secundário, articulado ou não isolado. Trata-se de compreender o real e não de um puro jogo de conceitos.

O autor propõe uma abordagem que chegue mais perto da riqueza e das contradições da realidade. Remete sua análise a questões epistemológicas mais amplas, como as relações entre a totalidade e suas subunidades. Em suas palavras:

"...A análise marxista é, sem dúvida, corretamente estruturalista na medida em que se recusa a aceitar a redução de qualquer totalidade à soma de suas subunidades ... A conclusão que daqui não se pode tirar é a redução 'pelo contrário', isto é, uma tentativa de redução das subunidades a partir das características do todo, através do 'desenvolvimento simples, lógico, da verdade geral'. Deve-se apreender, de uma só vez, a interação do todo e suas partes, em todas as suas características específicas, diferentes e relacionadas, a dinâmica muitas vezes contraditória e as ordens de lógica, tanto da totalidade quanto de suas subunidades. Sendo assim, não há como virá-las do lado contrário. Aqui as palavras 'relação dialética', freqüentemente empregadas em excesso, não estarão fora do lugar. Para exemplificar, as classes sociais refletem as contradições e as leis do movimento dos modos de produção, mas nenhuma dedução das primeiras a partir dos segundos (ou vice e versa) pode substituir a análise específica..." (Shanin 1980: 68)

Assim, para Shanin:

"...aceitar a existência e a possível transferência dos camponeses 'intermodos' de 'produção' é chegar mais perto da riqueza e das contradições da realidade" (Shanin 1980: 68).

Por conseguinte, o camponês não é visto por Shanin como componente de um único modo de produção (feudal), podendo existir em distintos modos de produção, da mesma forma que o capital mercantil não pode ser remetido exclusivamente ao capitalismo. Em síntese, há uma interação entre as características sócio-econômicas do campesinato com as características do sistema englobante. Captar esta dinâmica é perceber a riqueza do desenvolvimento histórico, sem cair em reducionismos como: tudo é capitalismo, ou no seu inverso: trata-se de algo que lhe é estranho (modo de produção camponês) (Shanin 1980: 65 - 71). Embora por vias distintas, percebem-se pontos de convergência entre as abordagens de Shanin e Tepicht.

Uma importante contribuição ao debate nos oferece o trabalho de Bernardo Sorj, D. E. Goodman e John Wilkinson, intitulado "Agroindústria, Políticas Públicas e Estruturas Rurais; análises recentes sobre a agricultura brasileira" (Sorj / Goodman / Wilkinson 1985). Estes autores colocam como questão central a dominação da agricultura pela agroindústria e a natureza particular do processo de trabalho agrícola.

Segundo Sorj, nas análises brasileiras que tratam a agroindústria há uma conceituação errônea de complexo agroindustrial; uma caracterização incorreta dos processos de trabalho no campo; e um certo funcionalismo ao identificar a empresa familiar como aliada privilegiada da agroindústria. Estas

falhas não se limitam ao debate brasileiro, pois também se encontram nas análises européias e americanas. Por trás destas formulações está a idéia de duas alianças: a primeira entre os próprios capitais agroindustriais e a segunda entre estes e a estrutura agrária. A noção de complexo agroindustrial pressupõe que existam em seu interior capitais homogêneos e não contraditórios. Muito pelo contrário, eles são autônomos e sua interação mútua é limitada (Sorj / Goodman / Wilkinson 1985: 37s).

Para o autor, os diferentes ramos agroindustriais apresentam distintas exigências à agricultura. A própria ação do Estado não pode ser tomada como privilegiando uniformemente os distintos capitais individuais.

O segundo problema apontado por Sorj na noção de complexo agroindustrial é supor a existência de um processo unificado de produção no setor agrícola. A própria diversidade do CAI demonstra a inexistência deste processo unificado. As distintas frações do CAI se apropriam sucessivamente, porém parcialmente, de determinados aspectos do processo de produção.

"Ao produtor rural cabe, então, precisamente unir em si aqueles elementos que não foram ainda incorporados à produção industrial. Ou seja, ele deve coordenar ou "gerir" séries de apropriações industriais parciais, representadas pelos insumos agrícolas: equipamentos, fertilizantes e etc." (Sorj / Goodman / Wilkinson 1985: 38)

Trata-se de um esforço contínuo do capitalismo em transformar a produção agrícola num processo industrial. Portanto, segundo Sorj, o complexo agroindustrial representa uma fase de transição cuja duração e limites são dados pelas inovações tecnológicas. Por ter este caráter transitório, é impossível estabelecer uma relação privilegiada entre os capitais agroindustriais e determinada estrutura agrária.

A apropriação do processo de trabalho na agricultura por distintos capitais agroindustriais inviabiliza o trabalho assalariado como um paradigma para a agricultura (Sorj / Goodman / Wilkinson 1985: 38). Assim,

"...a moderna unidade de trabalho familiar pode ser encarada como a estrutura de produção rural mais compatível com o processo de apropriação industrial. Mas isto apenas na medida que os capitais industriais se revelam incapazes de eliminar completamente terra 'natureza' como a base da produção rural." (Sorj / Goodman / Wilkinson 1985: 38)

A natureza do processo de produção agrícola, ainda fortemente dominado pela terra (natureza), é um forte obstáculo à penetração do processo de trabalho capitalista no campo. Isto impede a geração da renda capitalista no campo e reforça determinadas estruturas sociais como a pequena produção apenas em caráter conjuntural (Sorj / Goodman / Wilkinson 1985: 39).

Já John Wilkinson, em seu ensaio "O Estado, a Agroindústria e a Pequena Produção" (Wilkinson 1986), retorna às características internas da pequena produção, questionando o próprio

conceito de trabalho familiar. Para este autor, com a modernização da agricultura cresce a importância do trabalho não familiar como parte constituinte do processo de trabalho da exploração familiar.

A característica definidora da subordinação à agroindústria passa a ser sua intervenção no próprio processo interno de trabalho da exploração familiar (Wilkinson 1986: 46) - não reside na clássica superexploração e subconsumo familiar, embora isto possa estar presente. Portanto, o próprio trabalho não familiar pode estar incluído neste processo de trabalho. Assim:

"A forma e o grau de subordinação ao capital permite oscilações na articulação das unidades camponesas com o mercado de trabalho, sem implicar, necessariamente, em proletarização ou Kulakização." (Wilkinson 1986: 68)

Em síntese, a subordinação da pequena produção familiar à agroindústria determina que a primeira tenha que atingir determinados patamares tecnológicos a consolidação de uma camada de produtores familiares modernizados é cada vez mais dependente da capacidade destes de absorver força de trabalho temporário (Wilkinson 1986: 88 - 93).

3. Considerações Finais

Nas diversas análises aqui apresentadas o campesinato é abordado num processo de subordinação crescente ao capital, como produtor de valor excedente para a acumulação deste. Diferem as análises na forma e grau de intensidade desta subordinação.

Nas análises que definem o campesinato como um modo de produção, a subordinação é externa, via choque entre duas lógicas. A primeira, capitalista, se baseia, em suas trocas mercantis, no lucro extraído via produção de mais-valia. A segunda, camponesa, objetiva apenas a parcela de valor correspondente à reprodução da unidade familiar. Em Faure, a circulação já determina uma sucção de valor que pressupõe o domínio do capital (via circulação) no processo produtivo camponês. Em Nakano, trata-se igualmente de uma "salvadora" produção simples de mercadorias, onde se impõe a lógica do valor e não do capital. Segundo Tepicht, ocorre uma avaliação social distinta do trabalho familiar marginal. Já em Sorj, o pequeno produtor gere um processo de trabalho não unificado, apropriado sucessivamente por distintos capitais.

Em quase todas estas abordagens há uma tendência a formulações estanques da subordinação do campesinato ou da dominação do capital. Shanin e Tepicht se destacam por dotar a análise do campesinato de sua devida historicidade. Uma análise do processo de desenvolvimento da agricultura pode adquirir distintos contornos quando o camponês é colocado em seu início ou fim, como agente ativo no processo ou como produto deste processo. Neste sentido, o campesinato é uma abstração. Para ser analisado faz-se mister que este seja historicamente determinado, da mesma forma que a ação do capital deve ser concretizado em suas distintas formas de manifestação.

No estágio atual de nossos trabalhos, estamos desenvolvendo uma metodologia básica de análise do desenvolvimento da agricultura, para a qual os autores aqui estudados muito contribuíram. Propomos uma "ontologia do campesinato". Partimos da gênese do campesinato, passando por seus desenvolvimentos posteriores, até chegar a sua concretude atual. Tenta-se, assim, chegar novamente à unidade, ao nexos comum da diversidade camponesa atual. A apresentação desta metodologia e dos resultados de duas exaustivas aplicações práticas foge ao escopo deste trabalho. Tal constitui o cerne de nosso próximo trabalho, no qual incorporamos as discussões mais recentes, no campo das relações entre agricultura, ecologia e sociedade. Busca-se uma necessária redefinição nas relações entre o campo e a cidade, recolocando o velho dilema entre produção familiar e grande exploração capitalista em novas bases, no sentido de sua superação.

Referências

- AIDAR, A. C. Kfouré & PEROSA, J.R. Mario (1981). *Espaços e Limites da Empresa Capitalista na Agricultura*, in: Revista de Economia Política, v. 1, n.º 3, São Paulo.
- AMIN, Samir & VERGOPOULOS, Kostas (1977). *A Questão Agrária e o Capitalismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BURBACH, Roger & FLYNN, Patricia (1982). *Agroindústria nas Américas*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- CHAYANOV, Alesander (1981), *Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas*, in: A Questão Agrária, José Graziano da Silva (org.), Ed. Brasiliense, .
- DICKINSON, J. & MANN, S. (1978). *Obstacles to the Development of a Capitalist Agriculture*, The Journal of Peasant Studies, vol. 5, n.º 4.
- D'INCAO, Maria Conceição de (1983). *O Bóia-Fria: Acumulação e Miséria*, Petrópolis: Editora Vozes.
- FAURE, Claude (1980). *Agriculture et Capitalisme*, Paris: Editions Anthropos.
- GARCIA, Afrânio (1983). *Terra de Trabalho*, São Paulo: Paz e Terra.
- KAUTSKY, Karl (1980). *A Questão Agrária*, São Paulo: Proposta Editorial.
- KERBLAY, Basile (1973). *Chayanov and the Theory of Peasantry as a Specific Type of Economy*, in: Peasant and Peasant Societies, Teodor Shanin (Ec.), Penguin Education, Middlesex, England.
- LÊNIN, V. I.(1983) *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, São Paulo: Abril Cultural.
- LÊNIN, V. I. (1980). *O Programa Agrário*, São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas.
- LÊNIN, V. I., (1980^b). *O Capitalismo e a Agricultura nos Estados Unidos*, São Paulo: Ed. Brasil Debates.
- MARX, Karl (1979). *O Capital, Livro III*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MARX, Karl (1985). *Capítulo VIº Inédito de O Capital: Resultado do Processo de Produção Imediato*, São Paulo: Editora Moraes.
- MÜLLER, Geraldo (1982) *Agricultura e Industrialização do Campo Brasileiro*, Revista de Economia Política, v. 2/2, n.º 6, São Paulo.
- NAKANO, Yoshiaky (1981). *A Destruição da Renda da Terra e da Taxa de Lucro na Agricultura*, Revista de Economia Política, v. 1, n.º 3.
- PRADO JUNIOR, Caio (1966). *A Revolução Brasileira*, São Paulo: Editora Brasiliense
- SANDRONI, Paulo (1980). *Questão Agrária e Camponato*, São Paulo: Editora Polis
- SHANIN, Teodor (1980). *A Definição de Camponês: conceituações e desconceituações*, in: Trabalho e Dominação, Estudos CEBRAP, Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- SILVA, J. Graziano da (1982) *A Modernização Dolorosa*, Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- SORJ, Bernard, GOODMAN, D. E., & WILKINSON, J. (1985). *Agroindústria, Políticas Públicas e Estruturas Sociais Rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira*, Revista de Economia Política, v. 5, n.º 4, São Paulo.

TEPICHT, Jerzy (1973) *Marxisme et Acriculture: Le Paysan Polonais*, Paris: Librairie Armand Colin.

WANDERLEY, M de N. B. (1979) *O Camponês: um trabalhador para o capitals*, mimeo., São Paulo.

WILKINSON, John (1986). *O Estado, a Agroindústria e a Pequena Produção*, HUCITEC-CEPA/BA, São Paulo.